

# MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ 09.382.998/0001-00



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais. A MAPFRE Capitalização S.A. encerrou o exercício de 2016 com R\$ 50,7 milhões (R\$ 40,1 milhões em 2015) de receita líquida com títulos de capitalização. As provisões técnicas totalizaram, em 31 de dezembro

de 2016, R\$ 77,9 milhões (R\$ 65,3 milhões em 2015). O resultado do exercício de 2016, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi de R\$ 8,0 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 4,5 milhões. Os acionistas deliberaram o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no total de R\$ 4,0 milhões, em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2016. Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 521/15, a MAPFRE Capitalização S.A., declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

A Administração prevê para o próximo exercício a manutenção da trajetória de crescimento no segmento de Capitalização, promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e clientes a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017  
A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas		Passivo	Notas	
	2016	2015		2016	2015
<b>Circulante</b>	<b>96.490</b>	<b>72.006</b>	<b>Circulante</b>	<b>80.067</b>	<b>67.132</b>
Disponível	203	35	Contas a pagar	1.963	1.876
Caixa e bancos	203	35	Obrigações a pagar	10	1.110
Aplicações	5	87.908	64.895	51	290
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	<b>5.663</b>	<b>5.445</b>	Encargos trabalhistas	445	163
Créditos das operações de capitalização	5.663	5.445	Impostos e contribuições	11	54
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>2.688</b>	<b>1.612</b>	Depósitos de terceiros	162	-
Títulos e créditos a receber	309	-	<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>12</b>	<b>77.942</b>
Créditos tributários e previdenciários	7	2.035	Provisão para resgates	64.916	52.369
Depósitos judiciais e fiscais	2	-	Provisão para sorteio	12.888	12.800
Outros créditos	344	141	Provisão para distribuição de bônus	48	-
<b>Outros valores e bens</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	Outras provisões	90	84
Outros valores	19	7	<b>Outros débitos</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Despesas antecipadas	9	12	Provisões Judiciais	18	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>1.105</b>	<b>12.135</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>17.528</b>
Realizável a longo prazo	514	11.645	Capital social	12.093	12.000
Aplicações	5	290	Reservas de lucros	5.528	5.009
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>224</b>	<b>131</b>			
Créditos tributários e previdenciários	7	224			
Imobilizado	8	405			
Bens móveis	405	335			
Intangível	9	186			
Outros intangíveis	186	156			
<b>Total do ativo</b>	<b>97.595</b>	<b>84.141</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>97.595</b>	<b>84.141</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

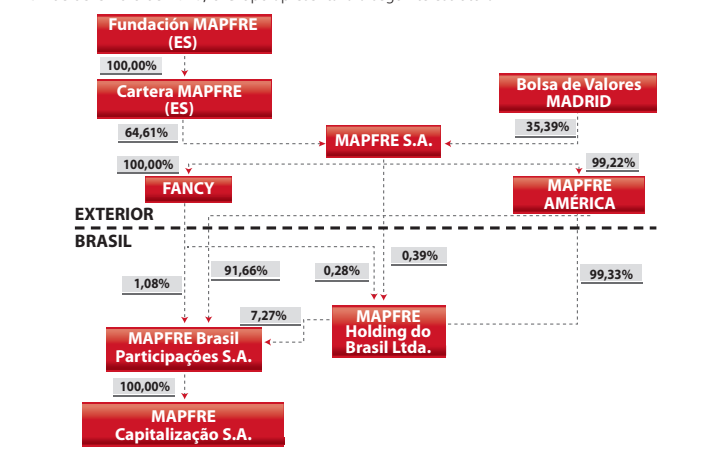
Saldos em 31 de dezembro de 2014	Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados
Dividendos pagos antecipadamente - AGE de 23 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos antecipadamente - AGE de 23 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Distribuição lucro líquido:				
Reserva legal	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.000</b>	<b>2.686</b>	<b>1.251</b>	<b>-</b>
Dividendos pagos antecipadamente - AGE de 16 de dezembro de 2016	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - AGE de 16 de dezembro de 2016	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Distribuição do lucro líquido:				
Reserva legal	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>12.000</b>	<b>4.051</b>	<b>1.477</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia integra o Grupo MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em São Paulo, Brasil. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**a) Declaração de conformidade:** Em consonância à Circular SUSEP nº 521/15 as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia. As demonstrações financeiras individuais são aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017. **b) Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referenciado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3b e 5 - Aplicações financeiras; Notas 3g e 12 - Provisões técnicas; Notas 3h e 18 - Provisões, passivos e ativos contingentes; e Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social. **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até 12 meses e posterior a 12 meses, respectivamente. **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Algumas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para os exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa, bancos e equivalentes de caixa:** Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **b) Aplicações financeiras:** A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda e a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. (ii) **Ativos mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Quando ocorrer um evento subsequente que indique a reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida. (iii) **Ativos disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. (iv) **Determinação do valor justo:** Os valores justos são apurados para propósito de mensuração do plano de distribuição. Quando aplicável, as informações adicionais sobre o valor justo são apresentadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5d. **c) Redução ao valor recuperável:** i. **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida. ii. **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **f) Provisões técnicas:** Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso; considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial. Taxas e carregamento dos principais títulos:

Processo SUSEP	Carregamento	Tipo	Taxa
15411.000959/2008-16	2,5%	PU	7,5
15414.000962/2008-30	5,79	PU	7,5
15414.005390/2011-81	5,79	PU	7,5
15414.900556/2013-36	5,79	PU	7,5
15414.901225/2013-13	16,46	PU	7,5
15414.900281/2015-01	2	PU	7,5

A Provisão para Resgate (PR) é constituída para cada título vencido e antecipado cujo saldo é atualizado pelo indexador do plano de distribuição até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteio a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados.

A Provisão para Sorteio a Pagar (PSP) é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas relacionadas às operações dos títulos de capitalização. **g) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável". Passivos contingentes são divulgados se existir uma provável obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o o pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **h) Benefícios aos empregados:** i. **Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o plano de benefícios é atualizado. ii. **Obrigações de longo prazo:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construída de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas ao resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos reconhecidos no resultado é: **i) Operações de capitalização:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidas ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidas no resultado. **ii) Operações de capitalização:** A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e a mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos operados relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis dos períodos futuros. Os ativos e passivos diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **l) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrangem desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (Compliance), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle, onde a identificação de riscos é realizada em tempo real. Além disso, para garantir o melhor controle concorde com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a MAPFRE conta com os seguintes comitês: **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de Compliance tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação das mais elevadas padrões de conduta ética e a otimização de recursos. **Comitê de Auditoria:** órgão de controle que tem entre suas atribuições, revisar as demonstrações financeiras individuais e a luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de Compliance, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê de Estratégia Financeira:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de Riscos e Compliance:** constituído com objetivo de avaliar o risco de crédito, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a área direta no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas. A partir de julho de 2015, a Companhia implantou o Comitê de Administração e Meios da Regional Brasil objetivando que a estrutura de governança seja mais efetiva e dinâmica, onde o acompanhamento dos assuntos de gestão de risco, atuarial e controle interno, passam a ser analisados e avaliados por este comitê. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao seu perfil. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno. O escopo, da auditoria interna, está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de subscrição:** Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos, em função disso, utilizamos premissas baseadas nas experiências atuariais de nossa carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: Risco de sorteio, que implica na possibilidade da empresa pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. A área de Controladoria juntamente com a Unidade de negócio realizam estudos de viabilidade das séries a serem comercializadas, de forma a conhecer a quantidade mínima de títulos a serem vendidos para séries não integralizadas. Com esse estudo é possível mensurar os esforços de vendas para que o risco de pagamentos de prêmios de sorteios em séries não integralizadas seja minimizado. Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência, o mais acentuado na modalidade "popular" onde a Companhia não opera atualmente. Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não. Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia este tipo de risco de forma a garantir a rentabilidade estipuladas para o Gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do comitê financeiro. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos e Compliance realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política de monitoramento e realizada para ativos financeiros individuais e para a carteira global. A Companhia também realiza o monitoramento da capacidade de honra da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos, empresa do mesmo Grupo Econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's e Moody's. A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Rating da carteira de aplicações:** No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas			Notas	
	2016	2015		2016	2015
<b>(+) Receita líquida com títulos de capitalização</b>	<b>50.706</b>	<b>40.062</b>			
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	15a	183.546	136.790		
(+/-) Variação da provisão para resgate	13	(132.840)	(96.728)		
<b>(-/-) Variação das provisões técnicas</b>		<b>(59)</b>	<b>(20)</b>		
(-) Serviços de terceiros	13	(33.308)	(23.124)		
<b>(-) Custos de aquisição</b>	<b>15b</b>	<b>(2.365)</b>	<b>(4.074)</b>		
<b>(+/-) Outras receitas e despesas operacionais</b>		<b>(1.036)</b>	<b>(1.424)</b>		
(+) Outras receitas operacionais		270	-		
(-) Outras despesas operacionais		(1.306)	(1.424)		
<b>(-) Despesas administrativas</b>	<b>15c</b>	<b>(12.377)</b>	<b>(8.650)</b>		
(+) Pessal próprio		(5.632)	(5.121)		
(+) Serviços de terceiros		(3.761)	(3.241)		
(+) Localização e funcionamento	15c	(1.147)	(617)		
(+) Publicidade e propaganda		(117)	(96)		
(+) Publicações		(95)	(107)		
(+) Donativos e contribuições		(89)	(73)		
(-) Despesas administrativas diversas		(1.536)	(621)		
<b>(-) Despesas com tributos</b>	<b>15d</b>	<b>(950)</b>	<b>(897)</b>		
<b>(+) Resultado financeiro</b>	<b>15e</b>	<b>7.429</b>	<b>6.446</b>		
(+) Receitas financeiras		11.797	9.815		
(-) Despesas financeiras		(4.368)	(3.369)		
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>8.042</b>	<b>9.543</b>		
<b>(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>-</b>	<b>12</b>		
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>8.042</b>	<b>9.554</b>		
<b>(-) Imposto de renda</b>	<b>16a</b>	<b>(1.492)</b>	<b>(2.162)</b>		
<b>(-) Imposto de renda sobre o lucro</b>	<b>16a</b>	<b>(768)</b>	<b>(1.503)</b>		
<b>(=)</b>					